

Exmo. Senhor Presidente da Comissão da  
Comissão de Orçamento e Finanças

Deputado Filipe Neto Brandão

**ASSUNTO: Requerimento potestativo para audição do Sr. Ministro das Finanças**

Exmo. Sr. Presidente,

No dia 23 de Março o Conselho de Ministro aprovou e anunciou um conjunto de medidas excepcionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros<sup>1</sup>, resumidamente, foi aprovado que “Face ao atual contexto de inflação e mostrando-se essencial continuar a apoiar as famílias mais vulneráveis, o decreto-lei agora aprovado vem definir medidas que visam mitigar os efeitos do aumento dos preços dos bens essenciais:

- Um apoio extraordinário para as famílias mais vulneráveis para compensação do aumento conjuntural de preços no montante mensal de €30,00, pago trimestralmente em 2023.
- Um apoio adicional ao abono de família, a pagar a cada criança e jovem beneficiário de abono de família, no montante mensal de €15,00, pago trimestralmente em 2023.”

Para além destas, foram também anunciadas medidas de âmbito geral, nomeadamente, a redução para 0% da taxa de IVA em produtos essenciais, a subida do limiar de isenção do subsídio de alimentação, o aumento de 1% nos salários da função pública e aumento para 6 euros do subsídio de alimentação.

---

<sup>1</sup> <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=540>

Acontece que, apesar do anúncio das medidas, estas não foram devidamente explicadas e concretizadas. Nomeadamente, não há informação de que bens do cabaz essencial serão sujeitos à isenção do IVA, que acordo foi feito com a distribuição no sentido de assegurar que os preços sofrem efectivamente uma redução, que famílias irão efectivamente beneficiar dos apoios directos, os aumentos salariais terão efeitos retroativos ou não, que benefícios terão concretamente os pensionistas, entre outras coisas.

Assim, é fundamental que se verifique um esclarecimento cabal da abrangência das medidas adoptadas, dos efeitos esperados pela sua adopção e quem será ou não beneficiado por elas. Esta audição deverá ocorrer com a maior urgência possível, atendendo ao estrangulamento financeiro que as famílias portuguesas sentem actualmente levando mesmo a que, segundo o Barómetro da DECO PROTESTE<sup>2</sup>, 74% das famílias tenham assumido enfrentar mensalmente problemas financeiros.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer **potestativamente** a audição urgente do Exmo. Ministro das Finanças, Fernando Medina.

Palácio de São Bento, 26 de Março de 2023

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Rui Afonso

---

<sup>2</sup> <https://www.deco.proteste.pt/familia-consumo/orcamento-familiar/noticias/tres-quartos-familias-dificuldades-financeiras>